

**CRIMINALIDADE E GASTOS PÚBLICOS: BREVE ANÁLISE DESCRITIVA SOBRE
A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE FOZ DO IGUAÇU**

ISABELA TENÓRIO CRESPO RODRIGUES

Foz do Iguaçu
2022

**CRIMINALIDADE E GASTOS PÚBLICOS: BREVE ANÁLISE DESCRITIVA
SOBRE A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE FOZ DO IGUAÇU**

ISABELA TENÓRIO CRESPO RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia Integração e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Amilton Jose Moretto

Foz do Iguaçu
2022

ISABELA TENÓRIO CRESPO RODRIGUES

CRIMINALIDADE E GASTOS PÚBLICOS: BREVE ANÁLISE DESCRITIVA
SOBRE A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE FOZ DO IGUAÇU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Amilton Jose Moretto
UNILA

Profa. Dra. Cláudia L. B. Soares
UNILA

Profa. Dra. Marcela Nogueira Ferrario
UNILA

Foz do Iguaçu, 5 de agosto de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Iza e Carlos, por terem me guiado por esse caminho e por todo o apoio e motivação para continuar nas inúmeras vezes em que cogitei desistir.

Agradeço ao Biscoito que, a partir do momento em que entrou na minha vida, tornou meus dias imensuravelmente melhores.

Ao meu irmão João Pedro, pelos ótimos momentos de descontração.

Agradeço a todos os meus familiares, especialmente à minha avó Dulcinea e aos meus tios Lívia, Rafael e Rodrigo, que me dão suporte de todas as maneiras que podem.

Ao meu orientador Prof. Dr. Amilton Jose Moretto, pela enorme contribuição no desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores por todo o conhecimento compartilhado ao longo do curso.

Aos meus amigos de turma, jamais imaginaria que pessoas tão diversas poderiam se tornar tão próximas e unidas.

Um agradecimento especial aos meus amigos Eduarda Weber, Emanuel Mayer, Ian Maia, Jatniel Zottis, Kaline Honorio, Lucas Moreira e Tainá Diniz, por serem companhias incríveis, as melhores que eu poderia ter encontrado.

Por fim, a todos que, diretamente ou indiretamente, fizeram parte em algum momento da minha trajetória acadêmica.

RESUMO

A criminalidade é um dos maiores problemas sociais, de acordo com relatório do índice global da paz, a população brasileira foi a que mais teve medo de violência no ano de 2021, onde quase 83% dos brasileiros manifestaram preocupação em serem vítimas de um crime violento. Resolver esse problema é uma preocupação tanto da população em geral, quanto dos governantes, visto que aflije a garantia dos direitos sociais em diversos âmbitos. No entanto, o fenômeno é complexo, necessitando de análises interdisciplinares e até hoje não há um consenso acerca de suas causas. Na teoria econômica de Becker (1968), o indivíduo toma a decisão de maneira racional, entre cometer um ato criminoso ou não, avaliando os potenciais ganhos, a probabilidade de ser punido e o salário no mercado de trabalho legal. Este trabalho tem como objetivo analisar se há indicações de que os gastos públicos municipais da região geográfica imediata de Foz do Iguaçu em segurança pública, assistência social, educação, cultura e esporte e lazer, possam ter influência na redução da criminalidade observada na região analisada no período de 2011 a 2020. A metodologia consiste em uma análise descritiva de dados secundários, exibidos na forma de tabelas e gráficos. Por meio deste estudo, observou-se os diferentes comportamentos da criminalidade ao longo da década, onde ocorreram duas crises no país. No período da crise de 2014 a 2017, o número de crimes contra o patrimônio aumentou significativamente, corroborando com alguns dos resultados obtidos por pesquisadores brasileiros, que apontam as condições socioeconômicas como um dos fatores que influenciam na criminalidade. Já no ano de 2020, que corresponde ao início da pandemia da COVID-19, foi possível observar que houve uma redução no número de crimes registrados, provavelmente por conta das medidas de isolamento social. Os resultados sugerem baixa relação entre os gastos sociais selecionados e a criminalidade. A única combinação que sugeriu correlação negativa foi entre os gastos municipais em segurança pública e o número de crimes.

Palavras-chave: criminalidade; violência; gastos públicos; indicadores socioeconômicos; segurança pública.

RESUMEN

El crimen es uno de los mayores problemas sociales, según un informe del índice de paz global, la población brasileña fue la más temerosa de la violencia en el año 2021, donde casi el 83% de los brasileños expresaron preocupación por ser víctimas de un crimen violento. Resolver este problema es una preocupación tanto de la población en general como de los funcionarios gubernamentales, ya que afecta la garantía de los derechos sociales en diversos ámbitos. Sin embargo, el fenómeno es complejo, requiere un análisis interdisciplinario y hasta la fecha no existe un consenso sobre sus causas. En la teoría económica de Becker (1968), el individuo toma una decisión racional entre cometer o no un acto delictivo, evaluando las ganancias potenciales, la probabilidad de ser sancionado y el salario en el mercado laboral legal. Este estudio tiene como objetivo analizar si existen indicios de que el gasto público municipal en la región geográfica inmediata de Foz do Iguaçu en seguridad pública, asistencia social, educación, cultura y deportes y ocio, puede tener influencia en la reducción de la criminalidad observada en la región. analizados en el período de estudio de 2011 a 2020. La metodología consiste en un análisis descriptivo de datos secundarios, presentados en forma de tablas y gráficos. A través de este estudio se observó el diferente comportamiento de la delincuencia a lo largo de la década, donde se presentaron dos crisis en el país. En el período de la crisis de 2014 a 2017, el número de delitos contra la propiedad aumentó significativamente, corroborando algunos de los resultados obtenidos por investigadores brasileños, que apuntan a las condiciones socioeconómicas como uno de los factores que influyen en la criminalidad. En 2020, que corresponde al inicio de la pandemia de COVID-19, se pudo observar que hubo una reducción en el número de delitos registrados, probablemente debido a las medidas de aislamiento social. Los resultados sugieren una baja relación entre los gastos sociales seleccionados y el crimen. La única combinación que sugirió una correlación negativa fue entre el gasto municipal en seguridad pública y el número de delitos.

Palabras clave: criminalidad; violencia; gastos públicos; indicadores socioeconómicos; seguridad pública.

ABSTRACT

Criminality is one of the biggest social problems, according to a report by the global peace index, the Brazilian population was the most afraid of violence in the year 2021, where almost 83% of Brazilians expressed concern about being victims of a violent crime. Solving this problem is a concern of both the general population and government officials, as it affects the guarantee of social rights in various areas. However, the phenomenon is complex, requiring interdisciplinary analysis and to date there is no consensus about its causes. In Becker's economic theory (1968), the individual makes a rational decision between committing a criminal act or not, evaluating the potential gains, the probability of being punished and the salary in the legal labor market. This study aims to analyze whether there are indications that municipal public spending in the immediate geographic region of Foz do Iguaçu on public security, social assistance, education, culture and sports and leisure, may have an influence on the reduction of crime observed in the region analyzed in the study. period from 2011 to 2020. The methodology consists of a descriptive analysis of secondary data, displayed in the form of tables and graphs. Through this study, the different behavior of crime was observed over the decade, where two crises occurred in the country. In the period of the crisis from 2014 to 2017, the number of crimes against property increased significantly, corroborating some of the results obtained by Brazilian researchers, who point to socioeconomic conditions as one of the factors that influence crime. In 2020, which corresponds to the beginning of the COVID-19 pandemic, it was possible to observe that there was a reduction in the number of registered crimes, probably due to social isolation measures. The results suggest a low relationship between selected social expenditures and crime. The only combination that suggested a negative correlation was between municipal spending on public security and the number of crimes.

Key words: criminality; violence; public spending; socioeconomic indicators; public security.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Mapa dos municípios do Paraná, em destaque a Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu	31
Gráfico 2 - Taxas de crescimento populacional, no estado do Paraná e na RGI de Foz do Iguaçu, entre 2012 e 2020	32
Gráfico 3 – Evolução do número total de pessoas empregadas na RGI de Foz do Iguaçu	35
Gráfico 4 - Evolução do número total de crimes por ano na RGI de Foz do Iguaçu	37
Gráfico 5 - Número de crimes por ano na RGI de Foz do Iguaçu, classificados por título penal.....	39
Gráfico 6 - Total dos gastos públicos municipais nas funções selecionadas, na RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA)	41
Gráfico 7 - Total dos gastos públicos municipais por função, na RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA).....	43
Gráfico 8 – Número total de crimes com o total dos gastos nas funções selecionadas, na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020	44
Gráfico 9 – Número total de crimes com o total dos gastos nas funções selecionadas, exceto com segurança pública, na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020	44
Gráfico 10 – Número total de crimes com os gastos em segurança pública na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População estimada pelo IBGE, nos municípios da RGI de Foz do Iguaçu	31
Tabela 2 - Distribuição (%) dos empregos, por faixa de remuneração, na RGI de Foz do Iguaçu	34
Tabela 3 – Distribuição (%) dos crimes registrados na RGI de Foz do Iguaçu, classificados por título penal	38
Tabela 4 – Distribuição (%) das funções selecionadas dos gastos públicos municipais da RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA)	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP	Área Integrada de Segurança Pública
AOD	Assistência Oficial para o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BOU	Boletim de Ocorrência Unificado
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
NME	Nova Matriz Econômica
OMS	Organização Mundial da Saúde
RGI	Região Geográfica Imediata
SESP/PR	Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná
SSB	Serviços Sociais Básicos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1 CRIMINALIDADE E A TEORIA ECONÔMICA	15
1.2 UM BREVE CONTEXTO DO BRASIL	18
1.3 A LITERATURA BRASILEIRA	21
2 METODOLOGIA.....	26
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO	26
2.2 FONTES DOS DADOS.....	27
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
3.1 PERFIL DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI) DE FOZ DO IGUAÇU	30
3.2 EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE	35
3.3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS.....	39
3.4 GRÁFICOS DE DISPERSÃO	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

INTRODUÇÃO

A criminalidade é um dos principais problemas da sociedade contemporânea e está entre as maiores preocupações dos brasileiros. O Instituto para Economia e Paz publica anualmente o Índice Global da Paz (Global Peace Index), relatório feito para mensurar o nível de paz entre os 163 países analisados. De acordo com o relatório, no ano de 2021 o Brasil ocupou a 128ª posição no ranking, sendo o terceiro país menos pacífico da América do Sul. Além disso, foi constatado que a população brasileira é a que mais teve medo de violência, onde quase 83% dos brasileiros manifestaram preocupação sobre serem vítimas de um crime violento. Os dados publicados no relatório ainda mostram que 64% dos brasileiros acreditam que a violência é o maior risco à sua saúde pessoal e 58% se sentem menos seguros quando a pesquisa foi feita do que cinco anos atrás.

Os custos econômicos da criminalidade e da violência no Brasil são elevados e, em termos de bem-estar, imensuráveis. Como apontado nas notas técnicas publicadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por Capriolo et al. (2017, p.5) “O Brasil é um dos países que apresentam, em termos nominais, os mais elevados custos de crime.” Em 2014, o crime custou US\$75.894 milhões, o equivalente a 3,14% do PIB brasileiro. Do gasto total, aproximadamente 48% em segurança privada, 36% em despesa pública e 16% em gastos sociais (CAPRIOLO et al., 2017).

De acordo com a Constituição brasileira de 1988, o Estado Democrático deve assegurar o exercício dos direitos, bem como a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Portanto, a criminalidade é uma preocupação tanto da população em geral, quanto dos governantes, visto que aflige a garantia dos direitos sociais em diversos âmbitos. O desafio é descobrir quais ações são mais eficazes na prevenção e redução do crime e da violência.

Em vista disso, é de extrema importância que pesquisas sejam feitas na tentativa de compreender as causas desses fenômenos e assim possibilitar a busca por ações que previnam ou reduzam tais problemas. Dentro desse debate, diferentes áreas do conhecimento têm realizado estudos sobre o crime e seus determinantes, no entanto, ainda não se chegou a um consenso.

De modo geral, as propostas de políticas públicas podem ser divididas em duas: as que argumentam que o crime é ocasionado principalmente pelas condições econômicas e sociais, devendo ser combatido com o investimento na melhoria de tais condições; e os que sugerem que o crime deve ser combatido investindo em segurança pública, para que o indivíduo opte por não cometer a ação criminosa, pelo medo da punição. (LOUREIRO; CARVALHO JÚNIOR, 2007)

É importante ressaltar que, além da complexidade e interdisciplinaridade do tema, há outros fatores que dificultam tais pesquisas, relacionados à falta de homogeneização dos dados entre os estados e municípios, além da precariedade e inexistência de algumas informações ou mudanças na metodologia dos registros, gerando lacunas nas séries temporais. Outro problema é a subnotificação, quando a população não reporta o crime, que pode ocorrer pelo medo da polícia ou por não acreditar na eficácia da mesma. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003a)

Na teoria econômica de Becker (1968), o indivíduo toma a decisão de maneira racional, entre cometer um ato criminoso ou não, avaliando os potenciais ganhos, a probabilidade de ser punido e o salário no mercado de trabalho legal. Diante ao exposto, este trabalho levanta o seguinte problema: há relação entre gastos públicos municipais com a criminalidade?

Usando dados da Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar se há indicações de que os gastos públicos municipais em segurança pública, assistência social, saúde, educação, cultura e esporte e lazer, possam ter influência na criminalidade, para o período de 2011 a 2020. Para alcançar o objetivo geral, foram elencados os seguintes objetivos específicos: i) analisar a evolução da criminalidade e dos gastos públicos selecionados; e ii) realização de gráficos de dispersão, de modo a evidenciar se há indicação de relação entre os gastos públicos e os registros criminais. Como hipótese, acredita-se que os referidos gastos tenham relação inversa com a criminalidade. A utilização dos registros criminais possibilita observar esse efeito em diferentes modalidades de crime.

A metodologia deste trabalho consiste em uma análise descritiva de dados secundários, exibidos na forma de tabelas e gráficos. Os dados sobre ocorrências de crimes foram coletados através dos boletins de ocorrência unificados contidos nos relatórios estatísticos anuais publicados pela Secretaria da Segurança

Pública do Estado do Paraná (SESP/PR), enquanto os dados sobre gastos públicos e outras informações sobre a região foram obtidos através da Base de Dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). A partir das informações, foram construídas avaliações quanto à evolução dos dados, bem como análises estatísticas que procuram evidenciar a indicação de relação entre as variáveis. Vale ressaltar que algumas das variáveis utilizadas nas teorias que serão apresentadas no próximo capítulo, utilizam dados que são inexistentes para a região, inviabilizando uma análise mais completa.

Este trabalho está organizado, além da presente introdução, em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Referencial Teórico”, são abordadas as principais teorias e pesquisas que buscam explicar o comportamento criminal, bem como a relação com os gastos públicos. No segundo capítulo, intitulado “Metodologia”, são abordados os aspectos metodológicos que compreenderam o processo de busca das informações para embasamento teórico do presente estudo, além das fontes dos dados. No terceiro capítulo, intitulado “Resultados e Discussão”, são expostos os resultados das análises realizadas e suas possíveis interpretações. Por fim, nas considerações finais, busca-se sintetizar os argumentos discutidos no trabalho e responde ao problema central da pesquisa com base nos resultados obtidos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Para melhor compreensão dos temas tratados no presente trabalho, este capítulo está estruturado em três seções, sendo elas: i) “Criminalidade e a teoria econômica”, onde são expostas as principais teorias *mainstream* acerca dos determinantes da criminalidade; ii) “Um breve contexto do Brasil”, onde é feita uma breve exposição do cenário brasileiro nas últimas décadas, bem como a importância dos gastos em políticas sociais; e iii) “A literatura brasileira”, onde são expostas as principais pesquisas feitas por brasileiros acerca do fenômeno da criminalidade e como ela pode estar relacionada aos problemas estruturais do país.

1.1 CRIMINALIDADE E A TEORIA ECONÔMICA

A criminalidade é um grave problema social, econômico e político. O que caracteriza o fenômeno como um problema social é a influência que exerce na qualidade e expectativa de vida das pessoas. É também um problema econômico porque as dimensões que pode atingir estão associadas às condições econômicas e, por fim, é um problema político, pois a implementação de ações e a alocação de recursos para combate ao crime necessitam da participação dos governos. (ARAÚJO; FAJNZYLBBER, 2001)

O fenômeno é complexo e o estudo de suas causas é interdisciplinar, possuindo contribuições fundamentais de diversas áreas do conhecimento, como da Sociologia, Psicologia, Criminologia, Economia e outras.

Cano e Soares (2002) dividem os estudos acerca das causas do crime em cinco categorias: i) teorias que explicam o crime como uma patologia do indivíduo que o comete; ii) teorias que explicam as atitudes criminosas como uma atividade racional de maximização do lucro; iii) teorias que consideram o crime como resultado de um sistema social deficiente e excludente; iv) teorias que entendem o crime como uma consequência da perda de controle e da desorganização social na sociedade moderna; e v) correntes que defendem explicações do crime em função de fatores situacionais ou de oportunidades.

A investigação das causas da criminalidade pelo viés econômico surgiu com Fleisher (1963), primeiro autor que tentou avaliar a importância de fatores econômicos na determinação da variação das taxas de crime. Fleisher relacionou

empiricamente as taxas de delinquência juvenil de Boston, Cincinnati e Chicago com as taxas de desemprego desse grupo etário, observando efeitos positivos e significativos. No entanto, os resultados observados por Fleisher não tinham suporte na teoria econômica. (ARAÚJO; FAJNZYLBBER, 2001)

Becker (1968) foi o primeiro autor a analisar a criminalidade com fundamentação econômica, criando um modelo microeconômico no qual os indivíduos fariam uma escolha racional entre cometer crimes ou não. Os fatores envolvidos na escolha pelo mercado legal seriam o salário, recursos do indivíduo, entre outros. Por outro lado, os fatores que levariam o indivíduo a cometer crimes seriam a eficiência das forças policiais e as punições. Becker (1968, p. 9). afirma que: “[...] uma pessoa comete um delito se a utilidade esperada por ela exceder a utilidade que ela poderia obter usando seu tempo e recursos em outras atividades”.

De maneira simplificada, o indivíduo tomaria a decisão de maneira racional, avaliando os potenciais de ganhos resultantes da ação criminosa, o custo da punição, a probabilidade de ser condenado pelo crime e, em contrapartida, o salário no mercado de trabalho legal. (LOUREIRO; CARVALHO JÚNIOR, 2007)

A partir da teoria de Becker, a questão da criminalidade chamou a atenção de economistas nas últimas décadas, algumas delas sendo inovações para a abordagem da teoria do criminoso racional, onde dois vetores de variáveis condicionariam o comportamento criminoso. Dentre esses trabalhos, podemos destacar o de Ehrlich (1973), que analisa os efeitos da distribuição de renda sobre o crime. Utilizando a base de dados do Uniform Crime Report, Ehrlich observou uma relação positiva significativa entre medidas de desigualdade e vários tipos de crime. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003a)

Loureiro e Carvalho (2007), indicam como possíveis determinantes das taxas de crime, as seguintes variáveis: i) renda domiciliar per capita; ii) desigualdade de renda; iii) nível educacional; iv) nível de pobreza; v) taxa de desemprego; vi) proporção de lares uniparentais, como medida de desorganização social; vii) proporção de jovens do sexo masculino; viii) gastos em segurança pública, como medida de repressão ao crime, e; ix) gastos em assistência social.

Os modelos econômicos expostos acima implicam que o custo de oportunidade de cometer uma ação criminosa deve aumentar com a melhoria nas expectativas de ganhos através do trabalho no mercado legal. Portanto, é esperado que

regiões com melhores condições socioeconômicas, evidenciadas através de indicadores como renda per capita, níveis de educação, salários e menor desemprego, possuam menores taxas de crime. (ARAÚJO; FAJNZYLBER, 2001)

Cerqueira e Lobão (2003b) apontam que diversos trabalhos têm investigado a relação entre gastos públicos e o crime, de modo a avaliar quais medidas do governo são mais eficazes para a redução da criminalidade e os dividem em dois grupos: os que avaliam os efeitos dos gastos em segurança pública sobre o crime, de modo a captar os efeitos das variações na probabilidade de captura; e os que analisam o impacto dos gastos sociais sobre a criminalidade. Porém, tais estimativas são complexas, visto que, políticas que aumentam a repressão ao crime são intensificadas em lugares ou períodos em que o crime aumenta, portanto, é comum encontrar correlações positivas entre o crime e os gastos em segurança pública. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003b)

Outro problema recorrente nos resultados de pesquisas sobre os determinantes econômicos do crime é o de que a taxa de crimes pode ter erros de medição, por conta de sub-registros dos crimes à polícia. (ARAÚJO; FAJNZYLBER, 2001)

O trabalho de Kelly (2000) é um dos mais recentes a estudar a relação entre desigualdade e crime, encontrando resultados diferentes a respeito do comportamento de crimes contra a propriedade e crimes violentos. Kelly observa que a desigualdade não tem efeito sobre os crimes contra a propriedade, mas tem forte impacto sobre os crimes violentos. Enquanto a pobreza e a atividade policial têm efeitos significativos contra a propriedade, mas poucos efeitos sobre os crimes violentos. Concluindo que o crime contra a propriedade é explicado pela teoria econômica do crime, enquanto o crime violento é melhor explicado pelas teorias de tensão e desorganização social.

Há também teorias sociológicas, que revelam uma associação positiva entre crime e desigualdades, Araújo e Fajnzylber (2001) apontam que:

“Neste caso, seriam a ‘privação relativa’ ou a sensação de frustração que os indivíduos menos favorecidos sentiriam quando confrontados com a prosperidade de outros, as que explicariam o efeito da desigualdade sobre o crime. Alternativamente, a desigualdade e, particularmente a pobreza, poderiam debilitar os mecanismos informais de controle do comportamento individual, e a

desorganização social resultante levaria a aumentos no crime. Em termos do modelo econômico apresentado, os argumentos sociológicos poderiam ser incorporados no que chamamos o ‘custo moral’ de delinquir, o qual seria reduzido, ou mesmo trocaria de sinal, em condições de elevada desigualdade.” (ARAÚJO; FAJNZYLBBER, 2001, p.8)

Quanto aos efeitos da urbanização sobre o crime, vale ressaltar o trabalho de Glaeser e Sacerdote (1999), que busca explicar o porquê de as taxas de criminalidade serem mais altas em cidades grandes, se comparadas com cidades pequenas ou áreas rurais. Entre os principais resultados, os autores apontam que a presença de famílias chefiadas por mulheres e menores probabilidades de capturas em cidades grandes, são as variáveis que melhor explicam o efeito urbano sobre o crime.

1.2 UM BREVE CONTEXTO DO BRASIL

Na década de 80, a América Latina e o Caribe passaram por uma profunda crise econômica, agravada pelos altos índices inflacionários e estagnação econômica. Em meados da década, vários países iniciaram processos de estabilização econômica e ajuste estrutural, que se expandiram a todos os países do continente. Em termos de bem-estar, a situação se deteriorou consideravelmente, como demonstram múltiplas medições e estudos de pobreza. (GANUZA; LEÓN; SAUMA, 1999)

Apesar da crise econômica, para o Brasil a década representou um avanço no campo cívico, pois frente a crise se iniciaram pressões sobre o governo militar, que resultou no movimento “Diretas Já”, iniciando um processo de redemocratização do país. Em 1985 se iniciava a Nova República, com a eleição de um presidente pelo voto indireto, e em 1988 foi promulgada a Constituição, oficializando o fim da ditadura militar e especificando os direitos sociais que o Estado Democrático deve assegurar, dentre eles:

“Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (CONSTITUIÇÃO, 1988)

Por conta do contexto econômico conturbado, houve tentativas de

reformas e planos, como o Plano Cruzado e o Plano Bresser, mas seus resultados foram insuficientes. Apenas em 1994, no governo de Itamar Franco, que a inflação foi controlada com o Plano Real. As reformas econômicas implementadas incluíram a privatização de empresas públicas, a liberalização dos mercados financeiros e de mão de obra, a austeridade fiscal e monetária e, frequentemente, a redução das atividades do governo na área de política social. (GANUZA; LEÓN; SAUMA, 1999)

Controlada a inflação na maioria dos países e reduzido consideravelmente vários dos desequilíbrios macroeconômicos, a atenção de todos retornou aos problemas de bem-estar, especificamente às condições e determinantes da pobreza. Dito isto, em 1995 ocorreu o Fórum Mundial da Desigualdade Social, onde foram discutidos diversos temas, entre eles, a relação entre crescimento econômico, pobreza e desenvolvimento social. Nesse Fórum se adaptou uma resolução chamada Iniciativa 20/20, que tinha como objetivo proporcionar o acesso universal aos serviços sociais básicos (SSB), como meio de redução da pobreza. Para alcançar tal objetivo, foi estimado que seria necessário designar 20% do gasto público total aos SSB. Como parte da Iniciativa, foi proposto que uma proporção similar da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) fosse dirigida aos SSB, por isso o nome da resolução. (GANUZA; LEÓN; SAUMA, 1999)

A inclusão de gastos realizados pelo governo federal em SSB seguiu os critérios propostos nos termos do projeto, englobando as seguintes áreas de ação: saúde primária; educação básica; alimentação e nutrição; e saneamento básico.

Analizando a estrutura das despesas executadas pelas três esferas de governo no ano de 1995, Fernandes et al. (1995, p.47) apontam que houve “tendências da descentralização da execução dessas políticas [sociais] do governo federal para as demais esferas de governo.” Além disso, relatam que alguns gastos sociais estão visivelmente descentralizados, como os gastos em habitação e urbanismo, transporte urbano de massa, saneamento, proteção ao meio ambiente e, em menor escala, assistência social.

Nos casos de habitação e urbanismo e transporte urbano de massa, os governos municipais praticamente financiaram a totalidade dos gastos nas duas áreas, participando com 82,3% e 67%, respectivamente. (FERNANDES et al., 1995) Quanto aos gastos em educação e cultura, alimentação e nutrição, saúde e saneamento, nota-se também essa tendência gradual de redução de dispêndios feitos

diretamente pelo governo federal, acompanhada de aumento de repasses de recursos a estados e municípios. (FERNANDES et al., 1998)

Fernandes et al. (1998) destacam a importância da medição do gasto nas áreas sociais, como um instrumento auxiliar para avaliar a eficiência da política social no país. No entanto, há diversas dificuldades na investigação desse gasto, pois não há uma definição universalmente aceita do que se entende por gasto social, visto que o conceito varia conforme as necessidades da população do país se alteram. Portanto, definem como “gasto social” todo gasto direcionado ao melhoramento, a curto ou a longo prazo, das condições de vida da população, relativos a programas de trabalho, projetos e ações desenvolvidas nas áreas de educação e cultura, saúde, alimentação e nutrição, saneamento e proteção do meio ambiente, previdência, assistência social, emprego e defesa do trabalhador, treinamento de recursos humanos, organização agrária, ciência e tecnologia, habitação e urbanismo e benefícios a servidores públicos. (FERNANDES et al., 1998)

A década de 2000 ficou marcada por dois fenômenos internacionais que afetaram a economia mundial: i) a consolidação da China como potência econômica; e ii) a crise financeira internacional de 2008. Tais fenômenos levaram à importantes mudanças na economia brasileira. (BNDES, 2012)

A emergência da China como potência implicou numa redução do preço de bens industriais e aumento dos preços das commodities, nos quais o Brasil é um grande exportador, impactando positivamente na balança comercial brasileira. Quanto ao cenário interno, houve uma melhora nas condições de vida da população, com geração de empregos e políticas de inclusão social. Com o melhoramento nos padrões de consumo, o dinamismo do mercado interno foi impulsionado. Em 2008 ocorreu uma crise financeira que afetou o mundo inteiro, tendo início com a bolha imobiliária nos Estados Unidos. Apesar disso, a economia brasileira apresentou grande resiliência perante a crise, graças à robustez do mercado interno. (BNDES, 2012)

Na década seguinte a situação mudou completamente, em 2011 foram adotados um conjunto de políticas econômicas, conhecida como Nova Matriz Econômica (NME). Uma das políticas da NME foi a redução da taxa de juros em 2012, um momento em que a inflação estava acelerando, fazendo com que a inflação permanecesse elevada e reduzindo a credibilidade do Banco Central. (BARBOSA,

2017)

As políticas adotadas na NME não tiveram os retornos esperados e acabaram levando a uma redução na produtividade da economia brasileira, levando a uma queda no produto interno bruto por dois anos consecutivos, a maior recessão até então. A crise, que durou de 2014 a 2017, demandou políticas monetárias contracionistas para controle da inflação. Tais políticas foram expressas na aprovação da PEC do teto dos gastos e da reforma da previdência. No entanto, a recuperação foi lenta e o ritmo de crescimento econômico não foi o mesmo do período anterior à crise. (BARBOSA, 2017)

Em 2020 surgiu um novo problema de saúde pública global, a pandemia da COVID-19. Costa (2020, p.969) aponta que:

“A rápida propagação da doença e o uso do distanciamento como forma de prevenção expuseram as desigualdades sociais e urbanas das cidades capitalistas. No Brasil, como em outros países, o isolamento social promoveu rápidas mudanças no mercado de trabalho, com impactos mais severos para 37,3 milhões de pessoas que vivem na informalidade, já que elas não têm direitos como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e seguro-desemprego.”

Em termos salariais, a situação só não foi ainda pior devido à implementação do Auxílio Emergencial, como medida de assegurar uma renda mínima à população brasileira neste período pandêmico de crise econômica e aumento do desemprego. (BRIDI, 2020).

1.3 A LITERATURA BRASILEIRA

Dado o contexto do cenário brasileiro exposto na seção anterior, caracterizado por crises, pobreza e desigualdade, muitos dos estudos acerca dos determinantes da criminalidade no país tem enfoque na violência estrutural. Zaluar (1999) faz uma análise sobre a trajetória dos estudos sobre violência e crime no Brasil da redemocratização, período citado na seção anterior, e afirma que:

“Desde os anos 80, deu-se a primeira dicotomia entre os que estudaram e escreveram sobre o tema, que persiste sob nova terminologia até hoje. Os que denunciavam a miséria, a perda do poder de compra do salário, a exploração, a ausência de investimentos na educação e na saúde para o aumento da violência, que já começava a preocupar o governo federal, postavam-se na esquerda do espectro político ou no que foi durante muitos anos chamado de “a esquerda penal”, enquanto os que insistiam em analisar a questão institucional, inclusive as práticas policiais de violência contra os

pobres e a eficiência da polícia em proteger a vida e a propriedade do cidadão, em termos de política pública para todos, eram considerados “de direita”. (ZALUAR, 1999, p. 5)

Para compreensão dos principais resultados de pesquisas realizadas em território nacional, torna-se necessária a exposição das principais definições adotadas para o conceito de violência.

Minayo (1994) classifica os diversos tipos de violência em três categorias: i) violência estrutural; ii) violência de resistência; e iii) violência da delinquência. A socióloga entende como violência estrutural aquela que se aplica tanto às estruturas familiares, quanto aos sistemas econômicos, políticos e culturais que levam à opressão de indivíduos, tornando-os mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Já a violência de resistência é constituída pelas reações dos indivíduos que são oprimidos pela violência estrutural. Por fim, a violência de delinquência é aquela que se revela nas ações fora da lei, ocasionada pela violência estrutural, a qual corrompe o indivíduo e o impulsiona a cometer delitos. Minayo (1994, p.8) aponta que “a desigualdade, a alienação do trabalho e nas relações, o menosprezo de valores e normas em função do lucro, o consumismo, o culto à força e o machismo são alguns dos fatores que contribuem para a expansão da delinquência.”

Em 1996, a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA49.25, que declarou a violência como um dos principais problemas de saúde pública no mundo. Na Assembleia foi solicitado à Organização Mundial da Saúde (OMS) o desenvolvimento de uma tipologia da violência que caracterizasse os diferentes tipos de violência, bem como os vínculos entre eles. Em resposta à solicitação, em 2002 foi publicado o primeiro Relatório mundial sobre violência e saúde, que define a violência como:

“O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.” (Krug et al., 2002, p. 27)

A tipologia proposta no Relatório divide a violência em três categorias, sendo elas a “violência autoinfligida”, a “violência interpessoal” e a “violência coletiva”. A primeira é a violência que uma pessoa inflige a si mesma, a segunda é a violência causada por outra pessoa ou por um pequeno grupo e a última compreende a

violência infligida por grupos maiores, como Estados, milícias ou organizações terroristas. Minayo (2006) busca acompanhar a tipologia proposta no Relatório, mas acrescenta também a violência estrutural, que se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que reproduzem a fome, a miséria e as desigualdades. Afirma também que a maioria dos tipos de violência tem sua base na violência estrutural, como já mencionado acima.

Santos (2002) aponta que o aumento dos processos estruturais de exclusão social, representado pela pobreza, desigualdade, marginalização e desemprego, leva os indivíduos a cometerem delitos, como uma estratégia para resolução de conflitos ou meio de aquisição de bens materiais. O autor define a violência social contemporânea como:

"[...] um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A idéia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo etário ou cultural." (SANTOS, 2002, p. 17)

Ao desenvolver um modelo teórico para determinar a oferta de crime, Cerqueira e Lobão (2003b), diferenciam os conceitos de criminalidade e violência:

"Violência em um sentido mais amplo é entendida como constrangimento físico ou moral, ou ainda é consubstanciada pelo uso da força ou coação. Ao passo que criminalidade constitui-se por qualquer ato que venha a infringir os ditames do código penal, no que diz respeito às caracterizações de crime. A partir dessas definições, fica claro que a criminalidade se constituiria em um subconjunto do que é entendido como violência, já que todo crime cria um constrangimento, senão físico pelo menos moral, contra o cidadão, ou contra as instituições, ou contra o Estado." (CERQUEIRA; LOBÃO, 2003b, p. 9)

Acerca dos trabalhos nacionais sobre os determinantes do crime no Brasil, Fajnzylber e Araújo (2001) apontam que são poucos os trabalhos quantitativos e que esta escassez na literatura pode ser explicada pela falta de qualidade das principais fontes de dados sobre o crime e a violência no Brasil.

Adorno (2002), um dos principais precursores do estudo dos determinantes da criminalidade no Brasil, afirma que a sociedade brasileira passou por quatro tendências nas duas últimas décadas, as quais mudaram as formas de delitos e de violência:

“a) o crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante seqüestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas, que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionamento da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais.” (ADORNO, 2002, p. 88)

Adorno (2002) destaca também a violência estrutural, decorrente de características da estrutura social e econômica tanto do Brasil quanto de outros países da América Latina desde a década de 1990, como efeitos das políticas de ajuste estrutural, da corrupção, da concentração de renda e da desigualdade social e aponta que:

“Registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infra-estrutura urbana, como aliás sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras.” (ADORNO, 2002, p.122)

Pereira e Carrera-Fernandez (2000), analisam a criminalidade na região metropolitana de São Paulo utilizando como referencial teórico o modelo de Becker (1968). As variáveis explicativas consideradas foram a taxa de desemprego, o índice de desigualdade de renda de Gini, o rendimento médio do trabalho e medidas de eficiência da polícia e da justiça. Seguindo por um caminho similar, Fajnzylber, Lederman e Loayza (2002) investigam a relação de causalidade entre desigualdade de renda e crimes violentos entre os países e apontam que as variáveis mais explicativas acerca das taxas nacionais de crime são: o nível de atividade econômica, que apresentou relação inversamente proporcional; a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, a qual apresentou relação diretamente proporcional; e a taxa de crime em períodos anteriores, também com relação diretamente proporcional.

Além disso, resultados de Araújo e Fajnzylber (2001) evidenciam que os gastos públicos têm efeitos diferentes em tipos de crime diferentes. Ao analisar os determinantes das taxas de crime nas microrregiões mineiras, os autores notam que a educação e a renda per capita são negativamente associados à incidência de crimes

contra a pessoa, porém o resultado foi inverso em crimes contra a propriedade.

Segundo estudo recente realizado por pesquisadores da Universidade de São Paulo, o desemprego, o analfabetismo e a população masculina, respectivamente, são os fatores que mais se destacam nas cidades com maiores taxas de homicídio, constatando que o crime é dependente dos indicadores urbanos. (ALVES; RIBEIRO; RODRIGUES, 2017).

Buscando estimar o impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade nos estados brasileiros, Loureiro e Carvalho (2007) se baseiam no modelo de Becker (1968) e utilizam diversas variáveis explicativas, mas destacam os gastos em assistência social e os gastos em segurança pública como as mais representativas. Os autores apontam que os gastos em segurança estão relacionados ao contingente policial e foram utilizados na intenção de captar os efeitos de variações na probabilidade de captura e condenação. Já os gastos em assistência social, como subsídios aos indivíduos mais pobres, reduziram os “incentivos” para realização da atividade criminosa. Como resultados, observaram que os gastos públicos em assistência social apresentaram um efeito negativo sobre a criminalidade, sendo importante para redução do crime; já os gastos em segurança pública tiveram efeito limitado sobre o crime. Apesar disso, apontam que esses resultados não são definitivos.

2 METODOLOGIA

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO TRABALHO

Dadas as características de uma pesquisa empírica, em função do problema a ser investigado, foi feito um levantamento quantitativo, a partir da resenha bibliográfica teórica apresentada no capítulo 1.

Segundo Richardson (1999) há dois métodos de investigação em uma pesquisa: o quantitativo e o qualitativo. Quanto ao método quantitativo, o autor aponta que:

“[...] caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. Amplamente utilizado na condução da pesquisa, o método quantitativo representa, em princípio, a intenção de garantir a precisão dos resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, conseqüentemente, uma margem de segurança quanto às inferências. É frequentemente aplicado nos estudos descritivos, naqueles que procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis.” (RICHARDSON, 1999, p.70)

A Estatística é uma ciência que fornece um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa, para levantamento, organização, resumo, análise e interpretação de dados, de modo a extrair conhecimento deles. Segundo Pereira et al. (2018), a estatística é utilizada para análise e simplificação de fenômenos diversos, em termos quantitativos, possibilitando a análise das relações dos fenômenos e inferências acerca dos resultados.

Segundo Moreira e Rosa (2013) a estatística pode ser dividida em dois grupos: descritiva e inferencial. A estatística descritiva é utilizada na etapa inicial da análise, para descrever e resumir os dados obtidos. Huot (2002, p.60) advoga que a estatística descritiva é “o conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma amostra ou uma população e isso sem distorção nem perda de informação” e se baseia na soma dos dados e criação de ferramentas de análise, tais como gráficos e tabelas.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), as pesquisas dividem-se em três grandes grupos: quantitativas-descritivas, exploratórias e experimentais, com suas respectivas subdivisões. Destacando o tipo de pesquisa exploratória, utilizada neste trabalho, os autores o definem como investigações cujos objetivos são “desenvolver

hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188)

Severino (2014) ressalta a importância da pesquisa bibliográfica na realização de qualquer estudo, pois assim o pesquisador utiliza dados ou teorias já trabalhadas, seguindo a partir das contribuições de outros autores, que servem como fontes de temas a serem pesquisados. Além disso, Marconi e Lakatos (2003, p.225), afirmam que “pesquisa alguma parte hoje da estaca zero”, pois mesmo que uma pesquisa seja exploratória, alguém já deve ter feito pesquisas iguais, semelhantes ou complementares. Sendo imprescindível uma procura de tais fontes bibliográficas, para que pesquisadores não desperdicem tempo duplicando esforços na descoberta de ideias que já foram expressas. (MARCONI; LAKATOS, 2003)

2.2 FONTES DOS DADOS

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento, disponibilizado no *site* do Portal da Transparência, existem diferentes formas de categorizar a despesa ou gasto público, tais categorizações permitem diferentes análises. Para a realização deste trabalho foi utilizada a classificação funcional da despesa, que permite a visualização do gasto de acordo com a área de atuação do governo. A classificação funcional compreende 28 tipos de funções orçamentárias, padronizadas nas esferas federal, estadual e municipal, sendo elas: administração; agricultura; assistência social; ciência e tecnologia; comunicações; cultura; defesa nacional; desporto e lazer; direitos e cidadania; educação; encargos especiais; energia; essencial à justiça; gestão ambiental; habitação; indústria, comércio e serviços; judiciária; legislativa; organização agrária; relações exteriores; reserva de contingência; saneamento; saúde; segurança pública; trabalho; transporte; e urbanismo.

Os dados referentes aos gastos públicos municipais foram coletados do *site* do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e correspondem às informações referentes às despesas dos municípios compreendidos na Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu, que inclui os municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu. O período analisado é da

década de 2010, com dados de 2011 a 2020. Para realização das análises descritivas foram selecionadas as despesas nas funções: i) assistência social; ii) cultura; iii) desporto e lazer; iv) educação; v) saúde; e vi) segurança pública. Tais funções de gastos municipais foram escolhidas previamente pelo possível grau de influência sobre a criminalidade.

Os dados sobre ocorrências de crimes na 12ª Área Integrada de Segurança Pública (AISP), foram obtidos através dos relatórios estatísticos anuais publicados no site da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná (SESP/PR), para o período de 2011 a 2020 e foram classificados em cinco tipos de naturezas criminais, sendo elas: i) crimes contra a pessoa; ii) crimes contra o patrimônio; iii) crimes contra a dignidade sexual; iv) crimes contra a administração pública; e v) outros crimes. É importante salientar que nem sempre os crimes são registrados, ocorrendo o que é chamado de subnotificação, apesar disso, os relatórios estatísticos utilizados são a fonte de informação que mais se aproxima da realidade.

Quanto aos tipos de crimes compostos em cada natureza criminal, no registro de crimes contra a pessoa, são totalizados os registros de delitos cometidos contra outras pessoas, sendo destacadas as ameaças, lesões corporais e homicídios. No registro de crimes contra o patrimônio, são totalizados os registros criminais cometidos contra o patrimônio, recebem destaque os furtos e roubos. No registro de crimes contra os costumes, são somados os registros de crimes consumados contra os costumes. No registro de crimes contra a dignidade sexual são contabilizados os registros de crime contra a dignidade e liberdade sexual, como os crimes de estupro, violação e assédio. No registro de crimes contra a administração pública, são somados os registros de crimes consumados contra a administração pública, como por exemplo, atividades ilícitas contra os órgãos, fundações públicas, entre outros. Por fim, no registro de outros crimes, são compreendidos os demais crimes previstos na legislação, como os crimes contra a organização do trabalho e contra a propriedade imaterial, entre outros.

O agrupamento de municípios em regiões geográficas intermediárias e imediatas é uma divisão geográfica regional criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a divisão em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), é uma divisão territorial criada pela Secretaria de Segurança Pública, onde há atuação conjunta das polícias civil e militar. É importante salientar que a

Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu e a 12ª Área Integrada de Segurança Pública compreendem os mesmos sete municípios, sendo eles: Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo foi realizada uma análise descritiva dos dados obtidos sobre a Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu, para a década analisada. Para uma melhor exposição dos resultados, o capítulo está estruturado em quatro seções, sendo elas: i) “Perfil da Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu”, onde são disponibilizadas informações sobre emprego, renda e indicadores da região; ii) “Evolução da Criminalidade”, onde são exibidas tabelas e gráficos sobre os registros de crimes na região; iii) “Evolução das Despesas Municipais”, onde são exibidas tabelas e gráficos sobre os gastos públicos municipais na região; e iv) “Gráficos de Dispersão”, onde são exibidos três gráficos de dispersão para evidenciar a indicação de existência de relação entre os gastos públicos municipais e a criminalidade na região.

3.1 PERFIL DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA (RGI) DE FOZ DO IGUAÇU

O agrupamento de municípios em regiões geográficas intermediárias e imediatas é uma divisão geográfica regional criada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As Regiões Geográficas Imediatas (RGIs) tem na rede urbana o seu principal elemento de referência, são estruturadas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas da população, como compra de bens de consumo, busca por emprego, procura por serviços de saúde e educação, prestação de serviços públicos, entre outros. (IBGE, 2017)

A Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu é formada pelos municípios de Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu. Sendo assim, o centro urbano que é referência na região, é o município de Foz do Iguaçu.

Gráfico 1 - Mapa dos municípios do Paraná, em destaque a Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu.



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de IPARDES – Perfil da RGI de Foz do Iguaçu. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=507&btOk=ok.

De acordo com o censo realizado pelo IBGE, em 2010 a região concentrava 368.583 habitantes, dentre eles, 339.157 residiam na área urbana e 29.426 na área rural. Em 2010 a população da região representava 3,5% da população do estado do Paraná. Na tabela 1 são sintetizadas as estimativas do IBGE quanto ao número de habitantes nos municípios que compõem a RGI, de 2011 a 2020.

Tabela 1 - População estimada nos municípios da RGI de Foz do Iguaçu, 2011-2020

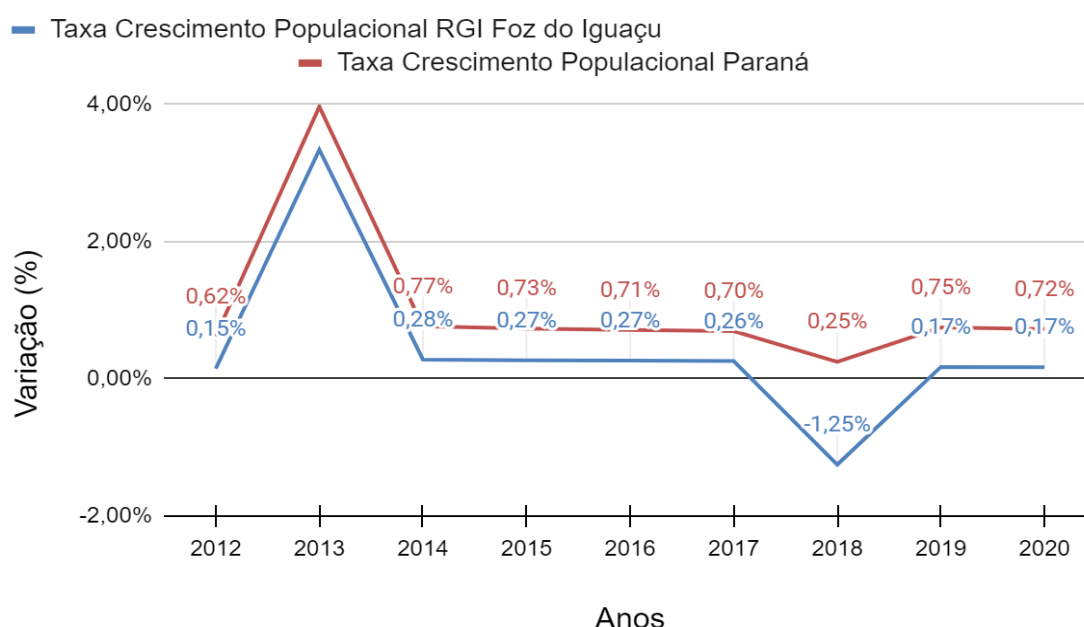
Município	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Foz do Iguaçu	255.900	255.718	263.508	263.647	263.782	263.915	264.044	258.823	258.532	258.248
Itaipulândia	9.195	9.357	9.869	10.056	10.236	10.413	10.587	10.961	11.176	11.385
Medianeira	42.124	42.420	44.149	44.523	44.885	45.239	45.586	45.812	46.198	46.574
Missal	10.478	10.481	10.813	10.830	10.847	10.863	10.879	10.700	10.702	10.704
Santa Terezinha de Itaipu	21.031	21.215	22.127	22.353	22.570	22.783	22.992	23.224	23.465	23.699
São Miguel do Iguaçu	25.872	25.971	26.920	27.061	27.197	27.330	27.461	27.325	27.452	27.576
Serranópolis do Iguaçu	4.555	4.543	4.667	4.659	4.652	4.645	4.637	4.513	4.495	4.477
Total	369.155	369.705	382.053	383.129	384.169	385.188	386.186	381.358	382.020	382.663

Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Observando o número de habitantes por município na tabela 1, nota-se que Foz do Iguaçu é a que possui maior número populacional, representando mais da metade dos habitantes da RGI, em todos os anos analisados. Quanto ao número total de habitantes, houve um aumento de cerca de 3,5% ao longo do período.

No gráfico 2 é possível comparar as taxas de crescimento populacional estimadas para a RGI com as taxas do estado do Paraná, de 2012 a 2020.

Gráfico 2 - Taxas de crescimento populacional, no estado do Paraná e na RGI de Foz do Iguaçu, entre 2012 e 2020



Fonte: IBGE. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php

Visualmente, de acordo com o gráfico 2, o comportamento da variação populacional nas duas áreas analisadas foi similar. Tanto na RGI quanto no estado do Paraná houve um pico populacional de 2012 a 2013, seguido por uma grande queda em 2014 e períodos de estagnação de 2015 a 2017 e de 2019 a 2020. Ambas as localidades apresentaram uma leve perda populacional em 2018. Apesar disso, as taxas de crescimento acumuladas no período analisado foram positivas, de 3,66% para a RGI de Foz do Iguaçu e 9,22% no estado do Paraná. Portanto, a taxa de crescimento em Foz do Iguaçu foi muito abaixo da estadual.

A região possui área de 3.192,919 km², dessa forma, em 2021 a densidade demográfica da região era de 120,04 habitantes/km², enquanto a estadual era de 58,02 habitantes/km².

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, medida utilizada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, ficou em torno de 0,738. O resultado foi obtido através da média entre o IDH-M (2010) dos municípios compreendidos na região, disponibilizados pelo IPARDES. Tal resultado representa um desenvolvimento médio, no entanto, está levemente abaixo do índice estadual de 0,749. Quanto aos indicadores de produto, em 2019 o PIB per capita da região atingiu R\$53.278, estando acima da estimativa estadual de R\$40.789. Já o índice de Gini calculado em 2010 foi de 0,51, indicando uma melhor distribuição de renda se comparado ao índice estadual de 0,54 e federal de 0,53.

A tabela 2 apresenta a distribuição do número total de empregos formais por faixa de remuneração, de 2011 a 2020. Pode-se observar que o total de pessoas empregadas cresce entre 2011 e 2016, passando de 81,6 mil para 95,8 mil empregos em 2016. A partir de 2017, verifica-se uma queda no número de empregos, chegando a 2020 com um total de 93,8 mil trabalhadores empregados. Mesmo apresentando queda a partir de 2016, em 2020 o número total de empregos formais foi 15% superior ao observado em 2011.

Em relação às faixas de renda, constata-se que o maior número de empregos está na faixa de 1 a 1,5 salários-mínimos. Nessa faixa de remuneração estavam 1/3 dos empregados em 2011 e, apesar de diminuído sua participação, em 2020 representava 28% do total dos empregos. Destaca-se que mais da metade dos trabalhadores empregados recebiam até 2 salários. Em 2011, o percentual de empregados com renda até 2 salários-mínimos era de 62,6%, em 2020 esse percentual diminuiu para 59,8%.

Tabela 2 - Distribuição (%) dos empregos por faixa de remuneração na RGI de Foz do Iguaçu, 2011-2020.

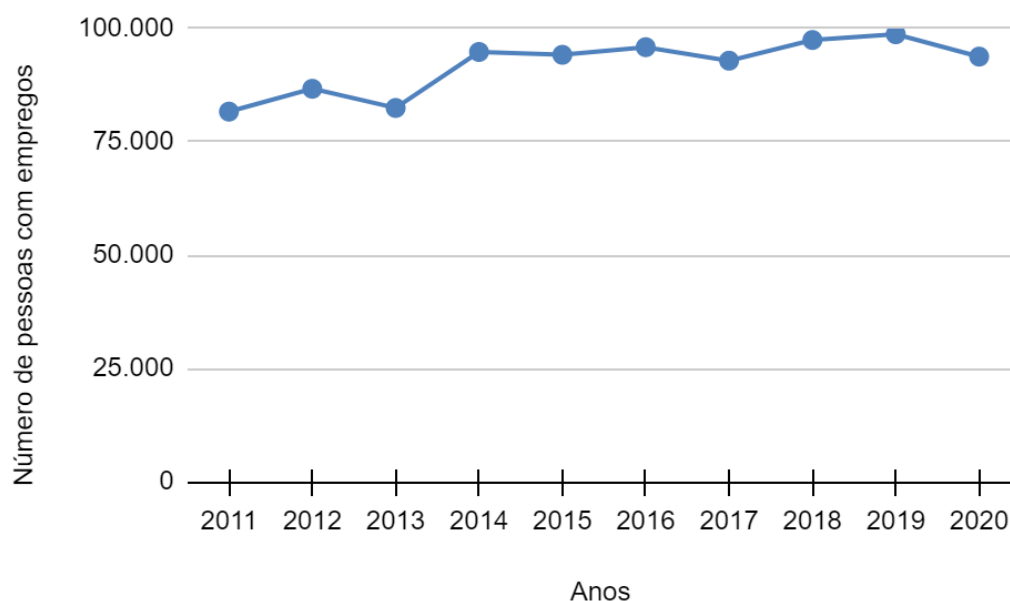
Faixa de remuneração (em salários-mínimos)		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Até 0,5		0,56	0,62	0,79	0,36	0,35	0,44	0,39	0,39	0,35	0,71
De 0,51 a 1,00		4,05	4,43	4,69	4,29	4,14	4,28	4,20	4,25	4,31	7,61
De 1,01 a 1,50		33,53	33,64	34,25	27,61	25,70	26,55	24,87	24,41	24,03	28,28
De 1,51 a 2,00		24,48	24,82	29,05	27,12	27,67	27,73	28,48	29,23	28,32	23,24
De 2,01 a 3,00		17,77	18,11	21,70	20,27	20,94	20,01	20,66	20,75	21,05	18,50
De 3,01 a 4,00		6,38	5,95	7,29	6,98	7,32	6,82	7,31	7,16	7,09	6,64
De 4,01 a 5,00		3,35	3,05	3,43	3,24	3,29	3,25	3,44	3,48	3,46	3,35
De 5,01 a 7,00		3,25	3,19	3,41	2,99	3,00	2,74	2,93	3,11	3,02	2,98
De 7,01 a 10,00		2,14	2,04	2,45	2,37	2,34	2,13	2,27	2,20	2,18	2,17
De 10,01 a 15,00		1,50	1,31	1,52	1,52	1,56	1,53	1,69	1,82	1,78	1,73
De 15,01 a 20,00		0,43	0,35	0,43	0,44	0,47	0,46	0,51	0,51	0,55	0,57
Superior a 20,00		0,61	0,50	0,60	0,50	0,46	0,42	0,41	0,41	0,43	0,44
Ignorada		1,95	2,00	2,52	2,30	2,75	3,64	2,85	2,29	3,42	3,78
Total	(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Nº de empregos	81.663	86.706	82.470	94.829	94.200	95.880	92.900	97.463	98.734	93.801

Fonte: RAIS. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php

Apesar de ter aumentado a proporção de trabalhadores cuja remuneração supera 2 salários-mínimos, deve-se destacar que esse número de trabalhadores é menor do que no início da década e também que o valor real do salário-mínimo se reduziu após 2016.

Além disso, o número de trabalhadores compreendidos nas três menores faixas salariais aumentou no último ano. Quanto às variações no número total de empregos, podem ser mais bem visualizadas no gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução do número total de pessoas empregadas na RGI de Foz do Iguaçu



Fonte: RAIS. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php

Na maioria dos anos houve um aumento no número de postos de trabalho em relação ao ano anterior, com exceção dos anos 2013, 2015, 2017 e 2020, sendo neste último a maior queda, de 5% em relação a 2019. Quanto ao crescimento, a maior taxa foi no ano de 2014, onde o número de trabalhadores formais cresceu cerca de 15% em relação a 2013.

Nos anos seguintes ao pico, não houve taxas de crescimento semelhantes, apresentando inclusive quedas em 2015 e 2017, provavelmente devido ao período de recessão econômica que ocorreu de 2014 a 2017. Já a grande queda no número de empregos em 2020 coincide com o início da pandemia da COVID-19, como resultado da queda da atividade econômica, decorrente das medidas de isolamento social da pandemia. Foi um ano de perdas significativas às empresas e, principalmente, aos trabalhadores, que tiveram seus empregos e sua renda reduzidos abruptamente.

3.2 EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Os registros de ocorrências de crimes são divulgados anualmente nos

relatórios estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR). A unidade espacial são as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), uma divisão territorial criada pela SESP onde as polícias civil e militar atuam em conjunto. A partir de 2007, o boletim de ocorrência unificado (BOU) foi implantado, passando a ser o único sistema computacional de registro de ocorrências policiais no Paraná. De acordo com a Nota técnica nº 001/08 da SESP¹, essa composição permite trabalhar estatisticamente dados mais homogêneos, evitando distorções.

O estado do Paraná foi dividido em 23 Áreas Integradas de Segurança Pública, compostas por diversos municípios cada, com exceção apenas da AISP de Curitiba. A 12ª AISP é a que compreende os mesmos municípios da RGI de Foz do Iguaçu, sendo eles: Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu.

Nos relatórios estatísticos, os crimes registrados são classificados por naturezas criminais, também denominados como títulos penais, sendo eles: i) crimes contra a pessoa; ii) crimes contra o patrimônio; iii) crimes contra a dignidade sexual; iv) crimes contra a administração pública; e v) outros crimes. A tabela 3 foi construída reunindo dados dos relatórios estatísticos de 2011 a 2020 e apresenta o número de crimes registrados por título penal, bem como o somatório dos registros de crimes para cada ano.

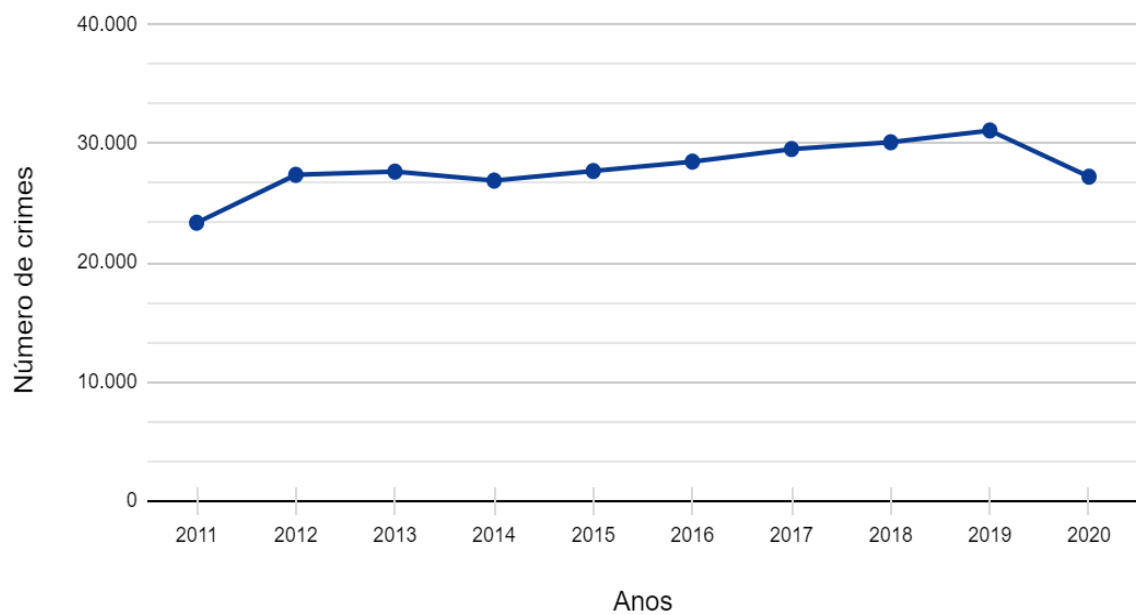
Nos relatórios de 2011 e 2012 foram especificadas também as naturezas dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. Nos crimes contra a pessoa, para esses dois anos, os maiores números de registros foram de ameaça, injúria e lesão corporal que, somados, representaram em torno de 78% dos crimes contra a pessoa. Já nos crimes contra o patrimônio, os maiores números de registros foram de furto, roubo e dano, representando em torno de 90% dos crimes contra o patrimônio.

Ao longo do período analisado verifica-se que o número total de crimes apresentou um crescimento entre 2011 e 2012 e permaneceu constante até 2014, com ligeira queda, voltando a crescer a partir de 2015, com queda de 12,5% registrada somente em 2020 (gráfico 4). A explicação mais provável para a redução

1 Disponível em: https://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/nota_tecnica_001_08.pdf

no número total de crimes em 2020, é o início da pandemia da COVID-19, onde a população brasileira ainda não estava vacinada, sendo levada a seguir rígidas medidas de distanciamento social. As pessoas saíam menos de suas residências, sendo menos suscetíveis a se tornarem vítimas de atos criminosos.

Gráfico 4 - Evolução do número total de crimes por ano na RGI de Foz do Iguaçu



Fonte: SESP/PR. Elaborado pelo autor a partir de SESP/PR – Relatórios estatísticos. Disponível em: www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas.

Mesmo com a queda observada 2020, no período de 2011 a 2020, o número total de crimes aumentou cerca de 16%, passando de 23,3 mil crimes em 2011 para 27,2 mil crimes em 2020, depois de atingir o pico de 31,1 mil crimes em 2019 (tabela 3), um aumento muito acima da taxa de crescimento populacional de cerca de 3,5% no mesmo período. Além disso, de 2011 a 2015 os crimes contra a pessoa eram os predominantes, com proporção acima de 37% do total de crimes. A partir de 2016, os crimes contra o patrimônio passam a ter maior participação, seguidos dos crimes contra a pessoa e “outros crimes”.

Tabela 3 – Distribuição (%) dos crimes registrados segundo título penal na RGI de Foz do Iguaçu, 2011-2020.

Título Penal		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Crimes contra a pessoa		39,2	40,1	37,5	38,0	37,9	36,1	35,1	35,5	36,3	36,1
Crimes contra o patrimônio		33,4	30,6	30,9	32,1	33,0	38,7	39,9	37,4	37,0	37,4
Crimes contra a dignidade sexual		0,6	0,6	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	1,0	1,1	1,1
Crimes contra a adm. pública		2,9	3,3	4,8	4,7	5,3	4,6	5,2	5,4	4,0	3,9
Outros crimes		23,9	25,4	26,1	24,3	22,9	19,7	19,0	20,8	21,6	21,4
Total	(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	Nº de crimes	23.356	27.385	27.654	26.899	27.704	28.497	29.554	30.124	31.117	27.228

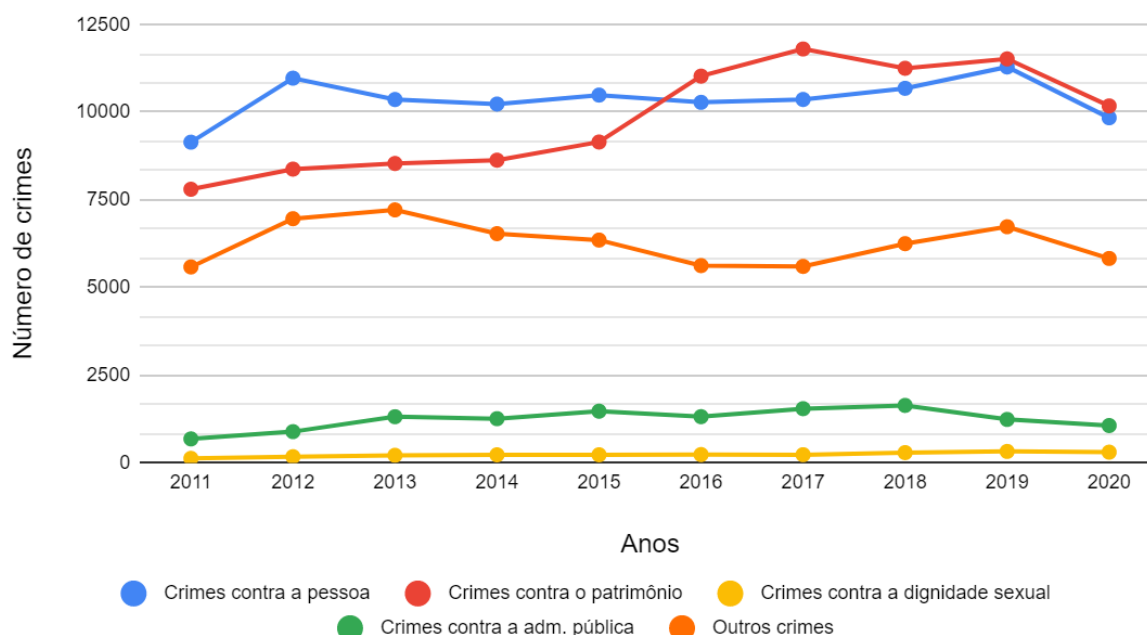
Fonte: SESP/PR. Elaborado pelo autor a partir de SESP/PR – Relatórios estatísticos. Disponível em: www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas.

O gráfico 5 apresenta visualmente a evolução dos registros de crime classificados por título penal para o período de 2011 a 2020. Por meio desse histórico, é possível observar os diferentes comportamentos da criminalidade. Nota-se que ao longo de 10 anos ocorreu, apesar de algumas oscilações, um aumento quase constante no número de crimes contra a pessoa e contra o patrimônio. A categoria de outros crimes apresentou redução constante de 2014 a 2017, enquanto os crimes contra a administração pública e contra a dignidade sexual tiveram poucas variações ao longo dos anos.

Ademais, em quase todos os anos o número total de crimes aumentou, com exceção apenas de 2014 e 2020. Em 2014 a queda foi de cerca de 3% em relação ao ano anterior, enquanto em 2020 a queda foi mais expressiva, de cerca de 12,5%.

Uma especificidade de 2014 é que, mesmo com a queda no número total de crimes, os registros de crimes contra o patrimônio e de crimes contra a dignidade sexual seguiram aumentando. Já em 2020, houve redução em todas as naturezas criminais. Apesar da redução, o número total de crimes em 2020 ainda é maior do que no início do período analisado.

Gráfico 5 - Número de crimes por ano na RGI de Foz do Iguaçu, classificados por título penal



Fonte: SESP/PR. Elaborado pelo autor a partir de SESP/PR – Relatórios estatísticos. Disponível em: www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas.

No gráfico 5 nota-se que os crimes contra a pessoa permaneceram praticamente estáveis de 2012 a 2018, enquanto os crimes contra o patrimônio apresentaram grande crescimento nos primeiros anos analisados, principalmente de 2015 a 2017. Assim, a partir de 2017, os crimes contra o patrimônio passaram a ser os mais representativos no total da criminalidade observada na região geográfica imediata de Foz do Iguaçu.

Tais fatos podem indicar que esse crescimento no número de crimes contra o patrimônio tenha sido reflexo do cenário brasileiro na época, de recessão econômica nos anos 2015 e 2016. Apesar do baixo crescimento que se seguiu nos anos subsequentes, este baixo crescimento ajudou a desafogar a falta de oportunidades para obtenção de meios para sobrevivência, o que pode ter contribuído para atenuar o total de crimes contra o patrimônio a partir de 2017.

3.3 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS MUNICIPAIS

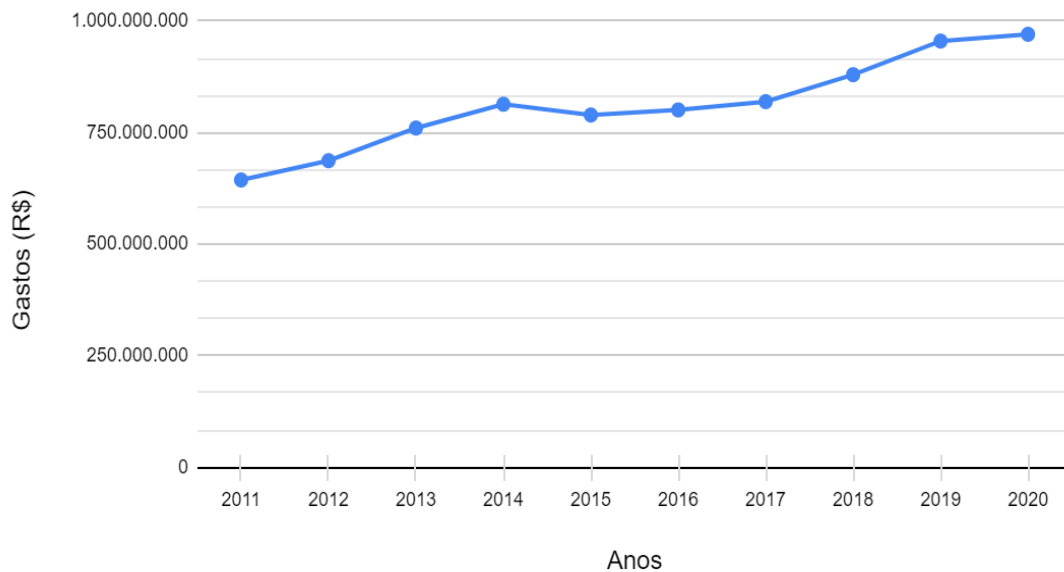
Para realização deste trabalho foi utilizada a classificação funcional das despesas municipais, que permite a visualização do gasto de acordo com a área

de atuação do governo. As funções selecionadas foram: i) assistência social; ii) cultura; iii) desporto e lazer; iv) educação; v) saúde; e vi) segurança pública. A escolha foi feita de acordo com a teoria econômica de Becker (1968), de que o indivíduo decidiria racionalmente se cometeria o ato criminoso, considerando as oportunidades oferecidas no mercado legal e o risco de ser punido. As funções de i a v, foram escolhidas por alterarem diretamente as condições socioeconômicas do indivíduo e do ambiente no qual ele está inserido, já o gasto em segurança pública foi escolhido por atuar na retração do indivíduo, através do medo da punição. É importante ressaltar que o gasto com segurança pública feita pelos municípios é parte do gasto mais geral com segurança pública, pois a maior parte deste gasto é realizado pelo governo do estado, responsável pela polícia civil e militar, empregada na repressão e apuração à criminalidade e que não foi considerada nesses gastos. Assim, as despesas exibidas nesta subseção compreendem à soma das despesas dos municípios compreendidos na Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu. Portanto, as despesas diretas dos governos estadual e federal não são contabilizadas nesta análise.

A evolução do total dos gastos públicos municipais selecionados é apresentada no gráfico 6. Pode-se notar que houve um aumento significativo nos gastos municipais selecionados de 2011 a 2014 e de 2017 a 2020. O único ano em que houve redução dos gastos selecionados foi 2015, mas nos 2 anos seguintes o crescimento não recuperou o ritmo anterior, apenas em 2017 que os valores alcançaram patamares semelhantes aos de 2014.

Ainda que tenha oscilações ao longo do período analisado, com reduções em diversos anos, o total dos gastos nas funções selecionadas aumentou em quase todos os anos, com exceção apenas de 2015. Tal redução pode ser explicada pela crise econômica de 2014 a 2017, onde os gastos públicos municipais tiveram de ser reduzidos, através da PEC do teto dos gastos, como medida para retomar o crescimento econômico. Esse conjunto de gastos representava 52% do gasto total municipal, para o conjunto de municípios da RGI de Foz do Iguaçu, chegando a 53,5% em 2020, tendo atingido os patamares de 64,5% em 2013 e 60,5% em 2016.

Gráfico 6 - Total dos gastos públicos municipais nas funções selecionadas, na RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA)



Fonte: SICONFI. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

Dentre os gastos sociais selecionados, a maior proporção é referente ao gasto com saúde e educação, que juntos representaram em média 90%, ainda que em essa proporção tenha se reduzida de 91% em 2011 para 88,5% em 2020. Os gastos com segurança pública feitos pelos municípios representam 0,5% dos gastos sociais selecionados em 2020, enquanto em 2011 essa proporção era de 1,7%. Ou seja, a importância do gasto municipal está concentrada nessas duas funções – saúde e educação – nas quais os governos municipais são os provedores diretos, enquanto a função segurança pública é de responsabilidade primeira do governo estadual.

Na tabela 4 são exibidos os gastos públicos sociais selecionados para o conjunto dos municípios da região geográfica imediata de Foz do Iguaçu ao longo dos anos 2011 a 2020, com distribuição (%) segundo a função.

Tabela 4 – Distribuição (%) das funções selecionadas dos gastos públicos municipais da RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA)

Função		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Assistência Social		3,8	5,6	4,8	4,9	4,5	5,3	4,7	6,4	6,2	7,5
Cultura		1,6	1,4	1,1	1,2	1,5	1,4	1,2	1,3	1,5	1,0
Desporto e Lazer		2,0	2,0	3,3	2,3	2,5	2,0	1,6	2,2	2,9	2,4
Educação		38,7	38,6	40,2	40,3	41,3	42,3	42,3	41,0	40,0	34,4
Saúde		52,3	51,5	50,2	50,6	49,5	47,8	49,6	48,0	49,0	54,2
Segurança Pública		1,7	0,9	0,5	0,7	0,6	1,2	0,6	1,2	0,5	0,5
Total	(%)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
	R\$ em milhões	643,76	686,99	760,21	813,53	789,35	800,73	819,34	879,75	955,19	970,34

Fonte: SICONFI. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

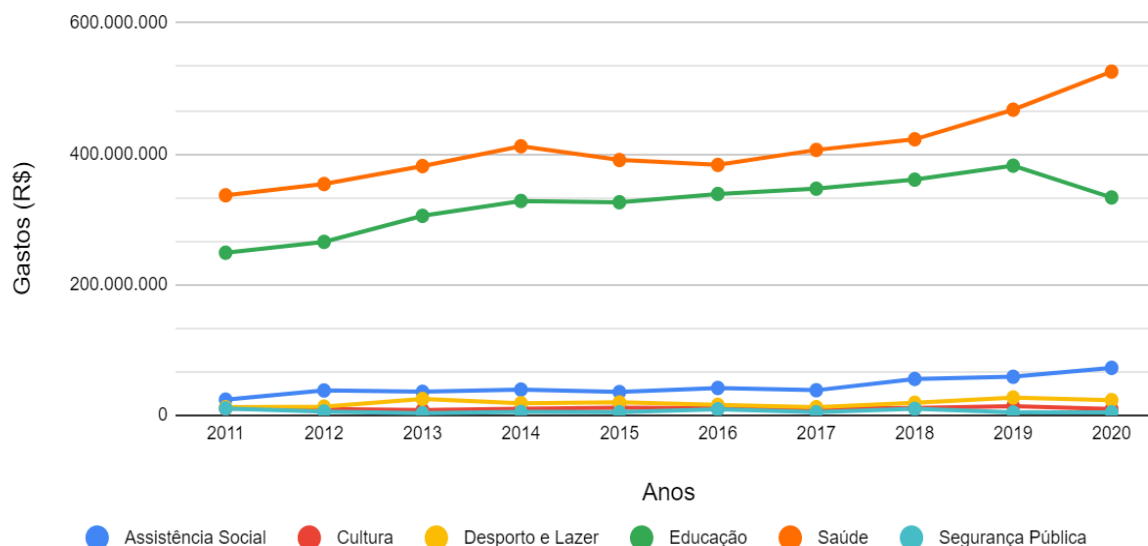
Quanto às funções selecionadas, em todos os anos os gastos com saúde foram os mais representativos, seguido pelos gastos em educação, assistência social, desporto e lazer, cultura e, por último, segurança pública.

Vale ressaltar que, como apontado por Fernandes et al. (1995; 1998) as despesas do governo federal estão passando por tendências de descentralização para as demais esferas do governo. Conforme analisado pelos autores, tais tendências são muito visíveis nos gastos em habitação e urbanismo, transporte urbano de massa, educação e cultura, alimentação e nutrição, saúde e saneamento. Porém, algumas das despesas seguem sendo financiadas em maior parte pelo governo federal e estadual, como é o caso dos gastos em segurança pública. Especialmente em Foz do Iguaçu, por ser um município que faz fronteira com a Argentina e o Paraguai, a atuação do governo federal na segurança pública é ainda maior, visto que é o responsável pelo policiamento das fronteiras e pelo combate ao tráfico internacional e interestadual de drogas, além do patrulhamento das rodovias.

O gráfico 7 apresenta a evolução dos gastos nas diversas funções selecionadas. A tendência geral foi de crescimento ao longo do período analisado. Exceção deve ser feita aos anos de 2015 e 2020, de recessão, quando os gastos diminuíram ou se mantiveram estáveis. O mais evidente é o gasto na função

educação, onde se percebe claramente a queda do gasto.

Gráfico 7 - Total dos gastos públicos municipais por função, na RGI de Foz do Iguaçu, corrigidos a preços de 2020 (IPCA)



Fonte: SICONFI. Elaborado pelo autor a partir de IPARDES – Base de dados do Estado (BDEweb). Disponível em: www.ipardes.gov.br/imp/index.php.

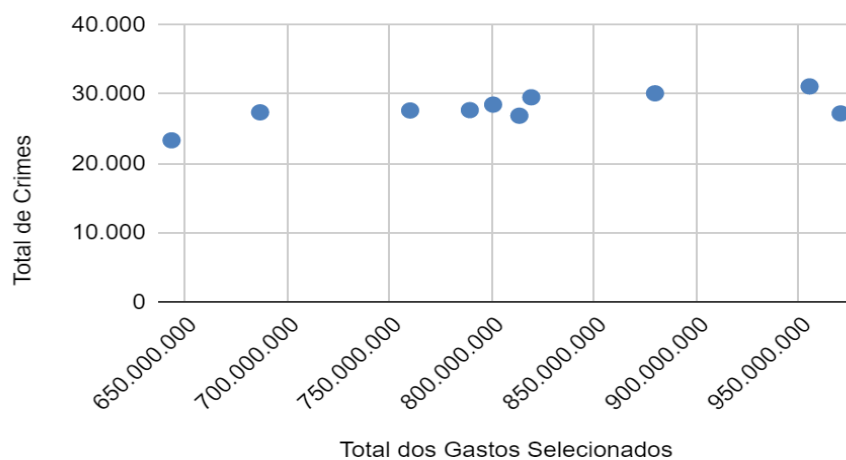
Os valores dispendidos em saúde e educação são os mais representativos e ambas as funções apresentaram variações semelhantes até 2019. Apenas em 2020 houve uma diferenciação, os gastos em saúde aumentaram significativamente, enquanto os gastos em educação reduziram. Tal fato pode ser explicado pela pandemia da COVID-19, que tornou necessário um maior dispêndio em áreas relacionadas à saúde. O alto número de infectados e a mortalidade da doença, principalmente num cenário sem vacinas, levou a uma superlotação dos hospitais. Com as medidas de distanciamento social, o setor de educação teve menos despesas nas subfunções variáveis, visto que as escolas e universidades passaram a ter aulas remotas. As outras funções, visualmente, apresentaram poucas variações, dentre elas, é notável um aumento nos gastos em segurança pública a partir de 2018.

3.4 GRÁFICOS DE DISPERSÃO

A partir das informações sobre a criminalidade e sobre os gastos selecionados, apresentados nas duas últimas seções, apresenta-se a seguir alguns

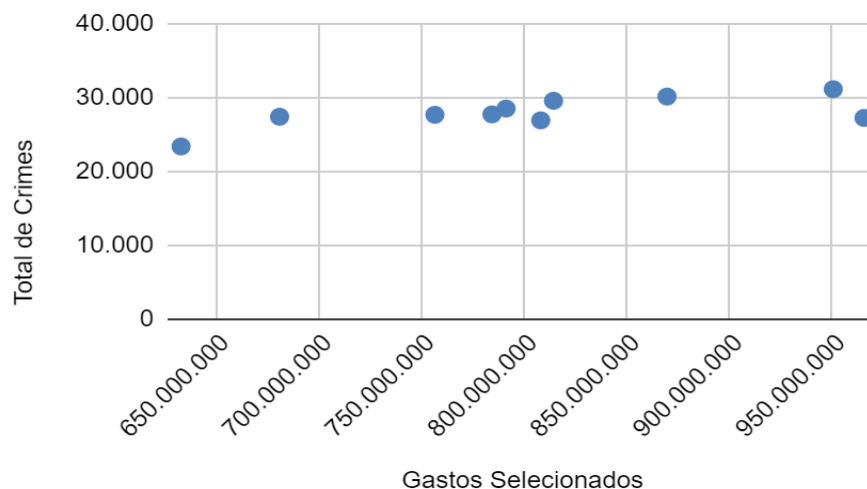
gráficos de dispersão com dados de 2011 a 2020, nos quais são relacionados os dados de criminalidade com os gastos públicos selecionados registrados em cada município. O objetivo é verificar, visualmente, a indicação de existência de relação entre esses gastos realizados pelos governos municipais da região geográfica imediata de Foz do Iguaçu com a criminalidade na região.

Gráfico 8 – Número total de crimes com o total dos gastos sociais em funções selecionadas, na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020



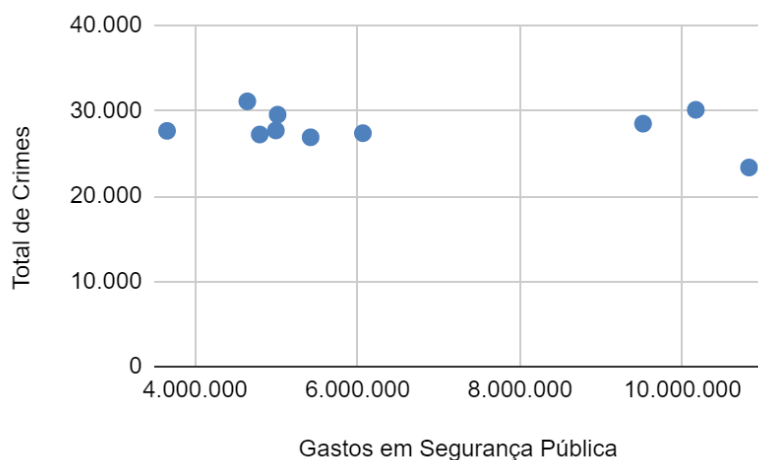
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IPARDES (2022) e SESP/PR (2022).

Gráfico 9 – Número total de crimes com o total dos gastos sociais em funções selecionadas, exceto com segurança pública, na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IPARDES (2022) e SESP/PR (2022).

Gráfico 10 – Número total de crimes com os gastos em segurança pública na RGI de Foz do Iguaçu, de 2011 a 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IPARDES (2022) e SESP/PR (2022).

Nos gráficos apresentados acima, onde estão relacionados no eixo “x” os gastos sociais selecionados realizados em cada um dos municípios da RGI de Foz do Iguaçu e no eixo “y” o total de crimes registrados nesses mesmos municípios, espera-se que quanto maior for o gasto, menor seja o número de crimes registrados.

No entanto, os resultados plotados nos gráficos sugerem que não há relação direta e inversa entre gasto social total (gráfico 8) e entre o gasto social excluindo-se o gasto com segurança pública (gráfico 9) com a criminalidade. Em outras palavras, a medida em que os gastos sociais em funções selecionados aumentam, a criminalidade não apresenta redução, em alguns casos aumenta ou tem queda muito pequena, não se podendo verificar uma relação entre as duas variáveis.

Por outro lado, no caso apresentado no gráfico 10, que relaciona o gasto municipal em segurança pública com a criminalidade, ainda que nada de conclusivo se possa dizer, os dados parecem sugerir a existência de uma relação direta e inversa entre as duas variáveis. Ou seja, quanto maior o gasto realizado pelos municípios na função segurança pública, menor tende a ser o número de crimes.

Deve-se registrar que na Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu, a maior participação, tanto em relação aos gastos sociais quanto em relação ao total crimes registrados, é do município de Foz do Iguaçu. Outro aspecto a ser destacado refere-se ao fato de que foram considerados somente os gastos realizados pelos municípios que compõem a RGI de Foz do Iguaçu, sem considerar o peso dos

gastos dos governos estadual e federal. Especialmente no caso do gasto estadual, responsável pela maior parte do gasto em segurança pública.

Nesse sentido, em pesquisas futuras, é preciso considerar esses gastos sociais realizados pelos governos estadual e federal na região, sobretudo pelo fato dessa ser uma região de fronteira internacional, que tem impactos importantes sobre a questão da criminalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender a importância dos gastos públicos municipais para a criminalidade na Região Geográfica Imediata de Foz do Iguaçu, estado do Paraná. O objetivo geral foi alcançado através da execução dos dois objetivos específicos apresentados no início deste trabalho. Em um primeiro momento, foram realizadas as análises descritivas da evolução da criminalidade e dos gastos sociais públicos municipais em segurança pública, assistência social, saúde, educação, cultura e esporte e lazer, para o período de 2011 a 2020.

As informações levantadas por este estudo possibilitaram observar que no período da crise que durou de 2014 a 2017, o número de crimes contra o patrimônio, que inclui roubos e furtos, aumentou significativamente, corroborando com alguns dos resultados obtidos por pesquisadores brasileiros na seção 1.3, que apontam as condições socioeconômicas como um dos fatores que influenciam na criminalidade.

Num segundo momento, foram realizadas diferentes combinações de gráficos de dispersão, que indicaram ausência de relação entre o total dos gastos públicos selecionados e a criminalidade não confirmando a hipótese inicial deste trabalho que considerava existir uma relação inversa entre o gasto social e a criminalidade. A única combinação que sugeriu correlação negativa foi entre os gastos em segurança pública e o número de crimes, porém os pontos do gráfico se apresentaram muito dispersos, o que sugere uma correlação fraca.

Com a pandemia do COVID-19, que se iniciou em 2020, foi possível observar a ocorrência da redução no número de crimes registrados. Além disso, a situação social do país se deteriorou com a pandemia, agravada pela instabilidade política e a crise econômica decorrente da crise pandêmica. De acordo com a teoria econômica do crime, essas condições deveriam levar a um aumento no número de crimes, visto que o desemprego aumentou e o número de trabalhadores nas menores faixas salariais aumentou, portanto havia menos fatores que levariam os indivíduos a seguirem pelo mercado legal. Porém, nesse cenário completamente atípico, a redução no número de crimes provavelmente foi ocasionada devido à menor vulnerabilidade dos indivíduos, visto que, com as medidas de isolamento social, evitaram sair de suas residências. Outra possível explicação para o número de crimes não ter aumentado

em 2020, pode ter sido os gastos em Assistência Social provenientes de outras esferas do governo, que não foram contabilizados neste trabalho, como o Auxílio Emergencial.

Para a realização de uma análise mais completa dos condicionantes da criminalidade na região, além da inclusão dos gastos realizados diretamente por outras esferas do governo, parece importante entender a criminalidade como um problema mais amplo, que decorre de diferentes aspectos da sociedade, portanto é de extrema importância que suas causas sejam compreendidas, para que possam ser feitas políticas de redução e combate ao crime. Nesse sentido, outras variáveis parecem ser importantes serem consideradas na análise, que complementem as variáveis dos gastos públicos em políticas sociais.

A partir dos conteúdos apresentados ao longo deste trabalho, evidencia-se a necessidade da realização de outras pesquisas acerca da importância dos gastos públicos para a redução da criminalidade, tanto para a RGI de Foz do Iguaçu, quanto para todo o Brasil. Dito isto, é de extrema importância a realização de Censos Demográficos, bem como uma melhor disponibilização e homogeneização de dados regionais, para possibilitar a realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, [S. l.], v. 4, n. 8, 2008.
- ALVES, L. G. A.; RIBEIRO, H. V.; RODRIGUES, F. A. **Crime prediction through urban metrics and statistical learning**. Physica A: Statistical Mechanics and its Applications, v. 505, p. 435-443, 2018.
- ARAÚJO JR., A. F.; FAJNZYLBBER, P. **O que causa a criminalidade violenta no Brasil? Uma análise a partir do modelo econômico do crime: 1981 a 1996**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Textos para Discussão Cedeplar – UFMG, 2001.
- BARBOSA, F. A. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos Avançados [online]. v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.
- BECKER, G. **Crime and Punishment: An Economic Approach**. National Bureau of Economic Research, p. 1-54, 1968.
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Brasil). **BNDES 60 anos: perspectivas setoriais**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, p. 12-41, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRIDI, M. A. **A pandemia COVID-19: crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil**. Estudos Avançados [online], v. 34, n. 100, p. 141-165, 2020.
- CANO, I.; SOARES, G. D. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.
- CAPRIROLO, D. et al. **Custos de bem-estar do crime no Brasil: um país de contrastes**. Nota técnica do BID – nº 1243. Biblioteca Felipe Herrera do Banco Interamericano de Desenvolvimento, p.1-30, 2017.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Condicionantes Sociais, Poder de Polícia e o Setor de Produção Criminal**. Brasília, Ipea, p. 1-50, 2003a.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. **Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos**. Brasília, Ipea, p. 1-36, 2003b.
- COSTA, S. da S. **Pandemia e desemprego no Brasil**. Revista de Administração Pública [online], v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020.
- FAJNZYLBBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. **Inequality and Violent Crime**. The Journal of Law and Economics, 2002

FERNANDES, M. A. C. et al. **Dimensionamento e Acompanhamento do Gasto Social Federal**. Brasília: IPEA, 1998.

FERNANDES, M. A. C. et al. **Gasto Social Federal das Três Esferas de Governo – 1995**. Brasília: IPEA, 1995.

FLEISHER, B. M. **The Effect of Unemployment on Juvenile Delinquency**. Journal of Political Economy, University of Chicago Press, v. 71, p. 543-543, 1963.

GANUZA, E; LEON, A; SAUMA, P. **Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe: Análisis Desde La Perspectiva de La Iniciativa 20/20**. Santiago do Chile. Pnud/Cepal/Unicef, 1999.

GLAESER, E.; SACERDOTE, B. **Why is There More Crime in Cities?** Journal of Political Economy, 1999.

HAYECK, C. M. **Refletindo sobre a violência**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2009.

HUOT, R.; FIGUEIREDO, M. L. **Métodos quantitativos para as ciências humanas**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. IBGE, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro, 2017.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. **Despesas Municipais por Função**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. **Empregos (RAIS) – Faixa de Remuneração Média**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. **Perfil da RGI de Foz do Iguaçu**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL. **População Estimada (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Peace Index 2021: Measuring Peace in a Complex World**. Sydney, 2021. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/reports>. Acesso em: 12 mar. 2022.

KELLY, M. **Inequality and Crime**. The Review of Economics and Statistics, 2000.

KRUG EG et al., eds. **World report on violence and health**. Geneva, World Health Organization, 2002.

LOUREIRO, A.; CARVALHO JÚNIOR, J. R. A. **O impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, p. 165-193, 2007.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, p. 513-531, 1998.

MINAYO, M. C. S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. Temas em Saúde collection. p. 1-132, 2006.

MIR, L. **Guerra Civil: Estado e Trauma**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2002.

PEREIRA, A. S.; et al. **Metodologia da pesquisa científica** 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.

RICHARDSON, R.; WAINWRIGHT, D. **A pesquisa qualitativa crítica e válida**. Pesquisa social, v. 3, 1999.

SANTOS, J. V. T. **Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades**. Sociologias, Porto Alegre. Vol. 4, n. 8, p. 16-32, 2002.

SESP/PR – SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ. **Estatística Criminal da Segurança Pública do Estado do Paraná**. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** - 1. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

TROVÃO, C. J. B. M. **A pandemia da covid-19 e a desigualdade de renda no Brasil: um olhar macrorregional para a proteção social e os auxílios emergenciais**. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

ZALUAR, A. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo em Perspectiva. v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999.